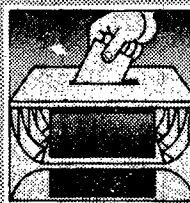
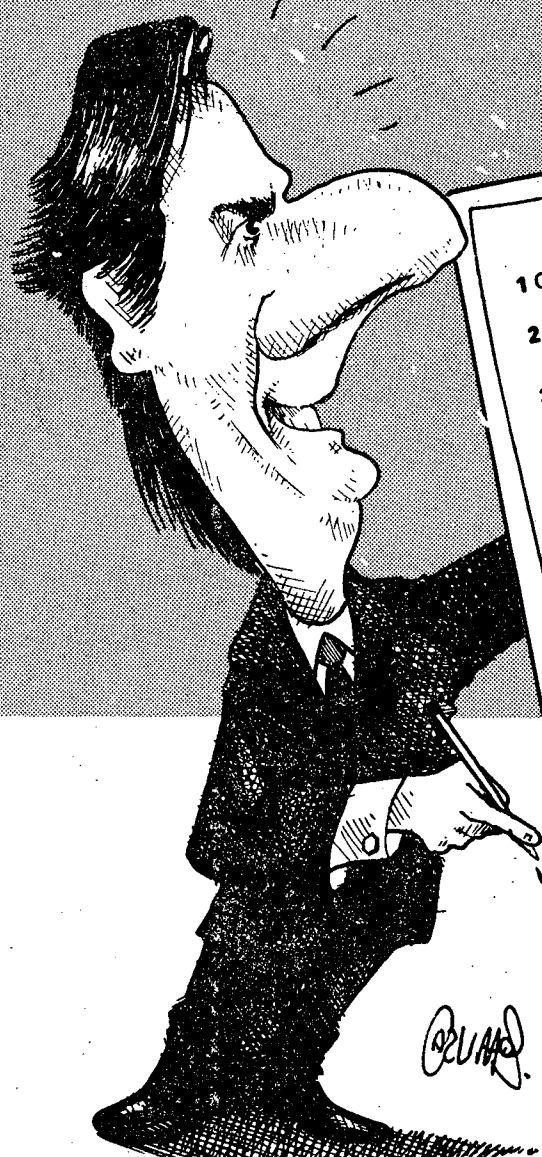


Não dá para esperar o resultado do segundo turno das eleições presidenciais. Os dois classificados, Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, já puseram seus assessores para preparar um pacote



de medidas econômicas para os primeiros dias de governo. Collor chama o pacote de plano de estabilização. Lula, de plano de emergência. Em nenhum dos dois a hipótese do congelamento de preços está afastada

Os finalistas já prepararam pacotes



COLLOR		Sim	Não
1 Congelamento		☒	☐
2 Privatização		☒	☐
3 Corte de subsídios e incentivos		☒	☐
4 Demissão de funcionalismo		☒	☐
5 Estatização de bancos		☒	☐
6 Renegociação da dívida interna		☒	☐
7 Moratória externa		☒	☐
8 Acordo com o FMI		☒	☐
9 Maxidesvalorização cambial		☒	☐
10 Arrocho salarial		☒	☐
11 Mais impostos		☒	☐
12 Redistribuição de renda		☒	☐
13 Recessão		☒	☐

As prováveis medidas econômicas de cada candidato

LULA		Sim	Não
1 Congelamento		☒	☐
2 Privatização		☒	☐
3 Corte de subsídios e incentivos		☒	☐
4 Demissão de funcionalismo		☒	☐
5 Estatização de bancos		☒	☐
6 Renegociação da dívida interna		☒	☐
7 Moratória externa		☒	☐
8 Acordo com o FMI		☒	☐
9 Maxidesvalorização cambial		☒	☐
10 Arrocho salarial		☒	☐
11 Mais impostos		☒	☐
12 Redistribuição de renda		☒	☐
13 Recessão		☒	☐



Collor age na posse

Lula de olho nos preços

PEDRO CAFARDO

Se o ex-governador de Alagoas Fernando Collor de Mello vencer as eleições presidenciais, vai baixar um pacote de medidas na dia da posse, 15 de março.

Que medidas serão essas? A principal assessora econômica de Collor, Zélia Cardoso de Mello, já começou a trabalhar num pacote de emergência, que ela chama de plano de estabilização. Ante a pergunta sobre o conteúdo desse pacote, Zélia responde com um gesto: levanta a mão a uma altura de 50 centímetros da mesa para indicar a grossura do Diário Oficial de 16 de março, que deve trazer a transcrição das resoluções, portarias e medidas provisórias.

Zélia abandonou todas as suas outras atividades para tratar do pacote. Trabalha com outros três economistas cujos nomes ainda evita revelar porque não são membros do PRN, partido de Collor.

— Não esperem nenhum choque liberal — avisa a economista, para desapontamento de alguns importantes eleitores de Collor, que esperam do candidato uma postura rigorosamente ortodoxa em sua política econômica. Apesar disso, Zélia procura desde já afastar a ideia do congelamento de preços, experiência triplamente desgastada durante o governo Sarney e, por isso mesmo, pouco eficaz. Estará a economista sendo sincera? Uma vasculhada no próprio programa de ação de governo lançado por Collor mostra que o congelamento não é uma hipótese de todo afastada. O texto, na página 120, diz que “se deve rechaçar desde logo a hipótese de um choque centrado isoladamente em um congelamento de preços e salários”.

O plano de Collor não diz, em nenhum momento, que não haverá congelamento. Sustenta apenas que o congelamento não deve ser aplicado como único remédio. Ou seja, com medidas complementares, ele poderia funcionar. Zélia ou qualquer outro assessor econômico de Collor desmentirão até o fim a versão do congelamento. Mas é bom lembrar que Collor foi buscar a economia nas hostes do ministro Dilon Funaro, quando ela trabalhava para a Secretaria do Tesouro do Ministério da Fazenda. Para evitar decepções, é preci-

so saber desde logo que um governo Collor não adotará, em nenhuma hipótese, a defesa radical do livre mercado, da abertura ampla do País ao capital estrangeiro e da privatização desenfreada. “O liberalismo à brasileira propugna a anulação do Estado, na ilusão de que este é o caminho automático para a resolução de todos os impasses. Não é o que queremos. Como em todas as economias capitalistas desenvolvidas, o Estado brasileiro deverá ser forte e eficiente”. O trecho está também no programa oficial de Collor.

O plano de desestatização do PRN poderá decepcionar alguns privatistas radicais. “Não nos anima a privatização pela privatização”, diz o programa do partido e alerta para que o processo não seja confundido com a liquidação dos ativos estatais. O plano propõe, em primeiro lugar, a aceleração do processo de privatização já em curso. Ou seja, procurará devolver à iniciativa privada apenas empresas que foram assumidas por órgãos federais nos últimos anos. A desestatização de estatais genuínas terá de esperar decisões que serão tomadas “em função das necessidades”.

Os empresários que apoiam Collor não devem esperar, também, uma política salarial totalmente aberta, com livre negociação entre as duas partes. Em seu programa, Collor diz que as “leis do mercado são incapazes de promover o incremento dos salários”. Ele pretende impor uma política salarial que garanta a manutenção do poder de compra dos assalariados mesmo em épocas de conjuntura econômica desfavoráveis. Se cumprir a promessa e se tiver apoio do Congresso, vai tratar o salário mínimo de uma forma muito parecida com a atual: tentar forçar o seu aumento real. Em cinco anos de governo, segundo o programa, o mínimo deverá triplicar.

Político algum deveria fazer promessas como essa sem corar. Tentativas de impor aumentos reais aos salários, por decreto, em geral fracassam, a menos que se consiga, ao mesmo tempo, promover um crescimento acelerado da atividade econômica. No papel, Collor também sonha com esse crescimento e quer associá-lo ao saneamento financeiro do Estado para criar condições de uma queda gradativa na inflação.

Quando o programa do PRN foi escrito, há alguns meses, talvez ainda fosse possível pensar em queda gradativa da inflação. Agora, porém, com o índice mensal chegando a 40%, isso é loucura. A queda precisa ser abrupta. É para isso, obviamente, que Zélia Cardoso de Mello começou a preparar seu pacote de 50 centímetros de altura que, como se viu, deverá provocar a redução da atividade econômica. Ninguém colocaria no papel uma proposta de recessão. Mas a própria Zélia admite que isso será necessário.

ROLF KUNTZ

Derrubar a inflação sem desemprego e sem arrocho salarial é uma das principais promessas de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. Há um ano, quando saía fortalecido das eleições municipais e já propunha a antecipação da eleição para presidente da República, o PT preparou um “plano alternativo de emergência” para enfrentar a crise brasileira. O plano previa o controle de preços e de salários, a suspensão do pagamento da dívida externa, uma reforma da máquina de governo, o controle dos gastos públicos e o combate da sonegação como alguns dos passos imediatos de um novo governo.

Os programas petistas divulgados nos últimos meses repetem, no essencial, as ideias daquele documento. Embora os economistas do partido estejam trabalhando num plano de ajuste para combate imediato à inflação, as ideias centrais provavelmente já estão dadas e não devem afastar-se muito das propostas até aqui conhecidas. Os programas do PT até agora divulgados prevêem as seguintes medidas para estabilização dos preços e arrumação da economia:

■ **Preços e salários** — Os reajustes devem ser sujeitos a regras. O “plano alternativo” previa um amplo acordo entre governo, trabalhadores e empresários em torno de um único índice para atualização de preços, salários e contratos sujeitos a atualização monetária (depósitos de poupança, por exemplo). Os controles deveriam ser exercidos especialmente sobre os preços daqueles setores controlados por poucas empresas produtoras/vendedoras, com baixo índice de concorrência e elevado poder de fixação dos preços pelos próprios empresários. O PT também propõe a remodelação das entidades controladoras de preços como o CIP e a Sunab.

■ **Emprego** — Deve-se evitar a recessão. No Brasil, segundo os economistas do PT, baixar o nível de atividade econômica e causar desemprego pouco ou nada ajudam quando se quer combater a inflação. Como boa parte da economia está sujeita a oligopólios (mercados dominados por poucos produtores e poucos vendedores), as grandes empresas se arrumam diminuindo a produção e não os pre-

ços. O sacrifício imposto pela recessão acaba sendo desproporcional aos resultados conseguidos.

Muitos economistas, mesmo “ortodoxos”, reconhecem a validade desse argumento e por isso defendem a implantação de controles de preços e de salários para garantir a eficácia da política. Poucos acreditam, no entanto, na possibilidade de se fazer a produção crescer em 1990 e ao mesmo tempo cortar drasticamente a inflação. Argumento: a maior parte das indústrias vem mantendo nível muito alto de atividade. Embora muitas delas tenham investido em máquinas e equipamentos, não há sobra de capacidade muito significativa para se aumentar a produção além dos níveis observados nos últimos meses. Se se tentar, os preços crescerão ainda mais rapidamente. Talvez se possa evitar uma recessão profunda e dolorosa como a do período 1981-84, mas iniciar de imediato um novo período de crescimento pode ser economicamente arriscado e politicamente perigoso.

■ **Dívida externa** — A suspensão do pagamento da dívida externa deve ser seguida de uma auditoria, isto é, de um exame de como os empréstimos foram negociados, o dinheiro aplicado e os juros estabelecidos. A ideia é definir uma

decorrentes dessas tentativas). O ponto mais frágil da proposta é a ideia de articular estratégias com outros devedores, especialmente da América Latina. Na prática, a articulação funcionaria se envolvesse grandes devedores como a Argentina e o México — um trabalho diplomático extremamente difícil.

■ **Taxa de câmbio e comércio** — As propostas do PT dão pouca importância às exportações e à necessidade de geração de um superávit comercial expressivo. Isso faz sentido somente se a suspensão do pagamento da dívida externa for considerada um ponto absolutamente seguro. Nesse caso, um pequeno superávit seria suficiente para garantir o fortalecimento das reservas cambiais, mas nem este ponto é discutido. Os petistas parecem não se interessar muito por exportações. O documento do ano passado propunha: a) maior espaçamento entre as desvalorizações do cruzado novo tomando-se como base o mesmo índice utilizado para reajustes de preços e salários; b) diminuição e, em certos casos, eliminação das tarifas de importação, para aumentar a oferta de bens no mercado interno e facilitar a derrubada dos preços; c) liberação da entrada de empresas estrangeiras em certos setores (automobilístico, por exemplo), para aumentar a concorrência. Seriam conservadas barreiras para dificultar a importação nos casos de indústrias ainda não consolidadas e mantidas reservas de mercado em setores estratégicos “em implantação, como a informática”.

■ **Contas públicas** — Os gastos devem ser controlados, mas, na perspectiva do PT, o déficit público resulta principalmente dos altos juros pagos pelo Tesouro, da redução da carga tributária nos últimos anos e da perda de receita ocasionada pela inflação. O PT propõe uma recuperação da carga tributária (mas com alívio dos impostos sobre salários) e renegociação da dívida interna, além de uma ação de emergência contra a sonegação. O aumento dos impostos dependerá de negociações políticas e, portanto, não surtirá efeito imediato. No plano divulgado no final de 1988, chegou-se a mencionar um empréstimo compulsório sobre ganhos de capital e grandes fortunas.

Os controles devem ser exercidos sobre os preços dos setores sujeitos a oligopólios

“composição justa” da dívida, eventualmente com a convocação de um plebiscito. Propõe-se negociar politicamente a questão e estabelecer estratégias comuns com outros países devedores. As negociações com os credores deveriam, de acordo com o plano formulado há um ano, tomar como base o valor de mercado da dívida, isto é, com os descontos oferecidos pelos bancos a quem queira comprar títulos brasileiros.

Problema não enfrentado no programa do PT: as tentativas de politização de debate produziram resultados muito lentamente até agora (esquemas conciliadores, como o Plano Brady, são, em parte,